

## OS LIVROS DAS VISITAS PASTORAIS DA REGIÃO PORTUENSE

QUESTÕES E PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM

Por Eugénio dos Santos

Ao abordar o tema em epígrafe parece-me necessário fazer uma dupla observação, a fim de que possa entender-se convenientemente o que a seguir se afirma. Em 1.º lugar é que não existe (ainda) um levantamento, minimamente correcto, do *corpus* documental das *visitas* e por isso, não é possível conhecer as dominantes de sensibilidade aí reflectidas em tempo longo, nem estabelecer as suas variações, de forma ou fundo, conforme épocas e (ou) lugares. Seguidamente devo confessar que me falta preparação científica adequada para delas extrair tudo o que uma análise minuciosa e exaustiva pode proporcionar<sup>1</sup>. Apesar disso e por ter a certeza de que neste tipo de fontes se encerram preciosas indicações de que a história local e, por extensão de sentido, a nacional não podem prescindir, com consciência plena, portanto, julguei útil suscitar problemas, sugerir perspectivas, de preferência a apresentar respostas. Não consistirá a história, por essência, numa série de questões que se articulam indefinidamente?

O que era para os homens da Época Moderna uma visita pastoral? Demos a palavra a um deles para conhecermos quais os objectivos primordiais que a hierarquia eclesiástica através delas esperava alcançar:

«Considerando nos' o grande fruto speritual que se segue das vizitaçois, o fim principal das quais he desterrar as herecias

---

<sup>1</sup> Gabriel Le Bras escreveu a propósito das *Visitas Pastorais* páginas lapidares, não só quanto às indicações que delas será possível colher, como ainda às ciências em que é indispensável ser-se perito para as aproveitar convenientemente, enumerando-as por este modo: «géographie et toponymie, archéologie et chronologie, liturgie et droit canon, démographie, sociologie et psychologie collective, histoire de la culture et des moeurs, des arts et des techniques, des traditions populaires». Cf. *Études de sociologie religieuse*. Paris, 1955-1956, 2 vols., pp. 101 e ss.

superstições, e abuços plantar boa, e sã dottrina procurar à conseruação, e augmento do culto diuino, conseruar os bons costumes, e emendar os maos, reformar as uidas das pessoas ecclesiasticas, e seculares encaminhar o pouo christão a uiuer encariidade (sic) e amor de Deus e do proximo para que desterrados os uícios e plantadas as uirtudes, ficando as almas e as republicas liures dos damnos e perturbaçois que nellas costumão cauzar os peccados assi no speritual como no temporal siruão todos em pas e caridade ao Autor da pas e caridade de Deus nosso senhor»<sup>2</sup>.

Cerca de 150 anos mais tarde um visitador, cónego regrante de Santo Agostinho, daria uma definição muito mais sucinta, mas igualmente ambiciosa: «Sendo o fim das vizitas arancar os vicios, plamtar as virtudes e conduzir os fieis a verdadeira caridade pax e innocencia que fazem o character de hum christão...».

Muito esperava, pois, a hierarquia dessas visitações sistêmáticas de inspecção. Elas, ao contrário do que, por vezes, se julga não foram resultado do Concílio de Trento. Nele procedeu-se apenas ao restabelecimento das suas bases jurídicas e se procurou rodeá-las de solenidade. Com efeito, a visita, mormente a efectuada por um bispo, revestia aos olhos dos fiéis um duplo aspecto: o de cerimónia e o de inspecção. O prelado, ao chegar a uma paróquia, levava a cabo uma série de cerimónias: confissões, comunhões, práticas, para o que se fazia acompanhar por um séquito numeroso de que constavam missionários, escrivães, juizes. Não raro instalava-se em lugar central e, a partir daí, mandava vir à sua presença clérigos e fiéis das paróquias vizinhas, as quais, portanto, não percorria em pessoa. Após as cerimónias litúrgicas, em dia fixado previamente, começava a devassa ou inquirição que é a parte que agora nos interessa essencialmente. Esta podia revestir-se de formulário muito variado. Embora houvesse um modelo de questionário a que haveria que responder, ponto por ponto<sup>3</sup>, o certo é que a esmagadora maioria das vezes as devassas obtinham resultados bem sumários. E aqui ocorre perguntar de imediato: o visitador aligeirava, por sua iniciativa, o questionário, ou, ao contrário, só anotava o que

---

<sup>2</sup> D. Gaspar do Rego da Fonseca, bispo do Porto, 8 de Janeiro de 1637. Natural de Vilar Maior, Pinhel (Beira), estudou na Universidade de Coimbra, onde se formou em Cânones. D. Afonso Furtado de Mendonça, bispo da Guarda, nomeou-o Vigário Geral e Visitador da sua diocese. Após passagem pelas dioceses de Coimbra, Braga e Lisboa, Filipe III nomeou-o bispo do Porto, em cuja diocese fez entrada a 21 de Dezembro de 1637. Deixou duas obras impressas, de carácter jurídico e um manuscrito redigido para ajudar os visitantes da diocese portugalense. *Instructio praeuia ad Visitatores excipientes in Episcopatu Portucalensi*. Cf. D. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, t. II, Coimbra, 1976, p. 368.

<sup>3</sup> O elaborado por ordem de D. Gaspar do Rego da Fonseca é completíssimo.

lhe parecia digno de registo, mesmo tendo inquirido acerca de tudo e todos? Não sabemos...

Esta questão projecta-nos em direcção ao problema crucial posto por todo e qualquer texto de visitação, seja de que período ou zona geográfica for: qual a sua credibilidade? Isto é, que valor histórico devemos (podemos) atribuir a esse tipo de fontes, tão ricas e variadas? Eis uma observação metodológica que não podemos deixar de pôr. E a resposta não é uniforme... Ninguém hoje nega o extraordinário valor potencial de tais fontes — bastará recordar o citado trabalho de Gabriel Le Bras, o de Louis Pérouas (*Le Diocèse de la Rochelle* de 1648 à 1724. Paris, 1964), o que sobre elas escreveu Jean Delumeau<sup>4</sup> — mas, por si sós, são fontes insuficientes, por vezes demasiado subjectivas e parciais, o que é imperioso não esquecer<sup>5</sup>.

As suas limitações começam na própria pessoa do visitador. É ele quem conduz o inquérito, quem privilegia este ou aquele aspecto da análise, quem em vez de nos «informar sobre os seres e as coisas» acaba por nos documentar, antes de tudo, acerca da sua própria mentalidade. Quando estão expressos elementos quantitativos (número de fiéis, de capelas, de altares, de confrarias, de clérigos, estado material das alfaias de culto e da própria igreja, etc.), eles são, em geral, exactos e são muito mais rigorosos do que os que se referem aos usos, costumes, integridade moral ou até religiosa de quem quer que seja.

Tal perspectiva crítica obrigar-nos-á, de imediato, a procurar situar rigorosamente o texto no enquadramento social para o qual ou em que foi concebido: lugar, tempo e, sobretudo, pessoas. Quem foram os bispos visitadores ou os seus delegados? Que preocupações essenciais os norteavam: zelo pastoral ou repressão de abusos, superstições, desvios morais; preocupações sumptuárias, sociais ou a instauração de uma rigorosa uniformidade da prática cristã? A tantas questões serão dadas, já se adivinha, respostas diferenciadas.

De todos os livros de visitas que me foi possível compulсар, um núcleo é privilegiado. Trata-se do que corresponde à freguesia de S. João de Canelas, em Gaia<sup>5a</sup>. Oferece a feliz particularidade de se estender cronologicamente desde 1641

---

<sup>4</sup> *Le Catholicisme entre Luther et Voltaire*. Paris, 1971, pp. 199 e ss.

<sup>5</sup> Michel Vovelle fez esta observação, pesada de consequências, a propósito das visitas pastorais: «Sans doute le caractère partiel et partial de ce regard jeté sur le peuple villageois par le curé venu de la ville, imprégné d'une autre culture et d'une lecture répressive du magistère paroissial, reste-t-il vision de l'extérieur dont il faut faire surgir souvent, comme en négatif ou en filigrane, les traits du système différent de croyances et de comportements». «La religion populaire: problèmes et méthodes», in *Le Monde Alpin et Rhodanien*, 1977, p. 12.

<sup>5a</sup> Aqui agradecemos ao nosso amigo Dr. F. Barbosa da Costa, autor de uma bem documentada e excelente monografia sobre Canelas, a gentileza da cedência do texto.

até 1864 sem interrupção, isto é, nele perpassam quase dois séculos e um quarto, quase ano a ano. A primeira nota a reter a nossa atenção foi esta: começado em 1641, portanto logo após a restauração da independência de Portugal, *sede vacante*, pelo arcebispo da Sé, Gaspar Vieira da Mota, apresenta-se extremamente resumido e sem uma nota de tipismo quanto a usos, costumes ou mesmo a pessoas. Elas irão depois aparecendo mas como que com timidez e, ao atingir-se o ano de 1675, é o bispo do Porto D. Fernando Correia de Lacerda, de sangue nobre, espírito culto, amigo do futuro D. Pedro II, que aí vai em pessoa. Impregnado das ideias reformadoras consagradas em Trento<sup>6</sup>, autoritário e disposto a reprimir todo o tipo de abusos e a obrigar os fiéis a cumprirem rigorosamente as Constituições Sinodais em vigor, passa minuciosa vistoria à paróquia, mandando exarar um longo relato do que viu e ouviu, carregado de sérias ameaças aos prevaricadores<sup>7</sup>. Ora o contraste com o que o bispo mandou escrever é profundo e até chocante se compararmos o estado de coisas referido por ele com aquilo que até nos chegou por iniciativa dos anteriores visitantes.

Ele censurou o modo como estavam a ser feitos os batismos (deveriam sê-lo por imersão e não por aspersão), constatou a naturalidade com que se jurava falso com o pretexto de fazer bem, as vexações ou injúrias com que alguns eram ameaçados se ousassem dizer a verdade ao visitante, a prática de trabalhos servis em dias santificados, a utilização dos dinheiros das confrarias para fins diversos e ilegítimos, o hábito de comer, bailar, representar e introduzir coisas profanas na igreja, de vender vinho e comidas nos adros e junto às ermidas em dias de procissões, a existência de clérigos que se excusavam aos ofícios mas que pretendiam receber o estipêndio correspondente, que levavam para o interior das igrejas espingardas, pistolas, casacas, gabelhas e gravatas, que descuidavam o ensino de doutrina aos seus paroquianos já que homens, mulheres, crianças e criados a ignoravam, que se mascaravam em dias de festa, retinham os sufrágios das almas para o tempo da quaresma para serem auxiliados pelos seus colegas confessores, que as procissões degeneravam em manifestações folclóricas e supersticiosas, que era vulgar acusarem-se os fregueses através de cartas anónimas..., enfim,

---

<sup>6</sup> Nas visitas efectuadas durante o tempo em que esteve à frente da diocese portuense há sempre uma recomendação pedindo aos párocos a defesa e a exaltação da fé católica: Casos de Canelas, Santa Leocádia (Sobre-Tâmega), S. Cristóvão de Louredo, Luzim e outras. Além de várias obras de espiritualidade e de circunstância, D. Fernando Lacerda fez publicar duas cartas pastorais com as quais procurava dirigir os seus súbditos, sendo também o autor da polémica *Catástrofe de Portugal na Deposição de El-Rei D. Afonso VI*, publicada sob pseudónimo.

<sup>7</sup> Ele parece ter acreditado na eficácia das visitas pastorais, pois, após a sua entrada na diocese em 1674, começou a devassar a Comarca Eclesiástica da Maia, que não concluiu por falta de saúde.

até no plano material as carências eram de monta, pois urgiam obras na própria igreja.

As observações dos visitantes precedentes eram reduzidíssimas e muito mais epidérmicas. Quem estava na razão: o bispo ou os anteriores delegados da autoridade? Certamente o prelado, tão concreto e incisivo é o seu relato, pois que não é crível que tudo se tivesse deteriorado tão rápida e profundamente... Por que terão procedido tão superficialmente os seus antecessores? Deficiência de informações, suborno, receio de escândalo, comodismo, incapacidade de diagnosticar a patologia da comunidade rural? Ignoramos...

Bastará, pois, este caso concreto, onde a dualidade de princípios orientadores é por demais evidente, para nos obrigar a um sobreaviso constante quanto ao uso destas preciosas fontes. Só confrontadas ou abalizadas por outras se prestam a serem usadas com segurança.

Outra questão, a nosso ver importante, parece também legítimo levantar aqui: através das devassas das visitas poder-se-á avaliar da melhoria (ou regressão) da vivência cristã? Terão elas contribuído para a consciencialização de pastores mais dignos e capazes, de fiéis mais esclarecidos e cumpridores? Ou, ao contrário, as penas nelas cominadas não terão sido um convite a um conformismo cada vez mais generalizado e vazio de sentido? No estado actual dos nossos trabalhos é impossível responder com segurança, visto que elas reflectem talvez mais a óptica da hierarquia do que constituem em levantamento objectivo e fiel do *status quo* característico de cada paróquia!

Na sequência destas reflexões prévias sobre o valor histórico dos textos que até nós chegaram das visitas pastorais, uma derradeira questão, porventura a mais subtil e de mais difícil abordagem se impõe. Ei-la: será possível, através desses relatos, reconstituir alguns dos traços dominantes da religião popular<sup>8</sup>? Muitas vezes aí se fala de superstições, abusos, indecências em relação à ortodoxia. Será possível a partir desses indícios ou da repressão sobre certas pessoas adivinhar, em negativo, no vazio, outro mundo, um universo de comportamentos populares instintivos e vividos à revelia? Há quem o afirme e tente uma completa destrinça entre o que vem de cima, é elaborado, coerente, tranquilizador e aquilo que teima em manter-se em permanentes caldeamentos e combinações, por vezes aberrantes (M. Vovelle). O texto da visita consiste, ao fim e ao cabo, na leitura feita por alguém que é estranho, cultural e socialmente,

---

<sup>8</sup> Além do citado trabalho de Michel Vovelle, parecem muito oportunas as observações de Robert Chanaud, «Folklore et religion dans le diocèse de Grenoble à la fin du XVII<sup>e</sup> siècle: les visites pastorales de Mgr Le Camus», in *Le Monde Alpin et Rhodamien*, 1977, pp. 33 e ss. e ainda B. PLONGERON et R. PANNET, *Le christianisme populaire*. Paris, 1976.

Cf. também os trabalhos de Carlos A. F. Almeida.

que ameaça, reprime, multa e até, por vezes, excomunga, desconfiando à partida e desprezando por sistema de todos os regionalismos e liberdades individuais ou colectivas. Por essa razão é extremamente importante penetrar nos silêncios desses relatos, «ler» o que lá não foi expresso, arrancar para o clima em que eles foram inspirados.

A propósito de crenças populares, refere-se na visitação de Canelas de 1699 que «ha alguns abuzos quando se enterrão os Defuntos metendolhe dinheiro nas mãos ou pão o que he supreticioso» e, na de 1726, que por ocasião da procissão de 5.<sup>a</sup> feira santa, à noite, o andor do Senhor dava umas voltas no adro «o que parece não ter significação pia e religiosa». Tais visitas tinham sido efectuadas, respectivamente, por D. Fr. José de Santa Maria, bispo da diocese e por Luis de Mures Monteiro, abade de S. João da Madeira. O que significavam de facto tais práticas?

Quanto à freguesia de Tabuado (Marco de Canaveses), em 1716, anotou o visitador: «Fuy emformado que os fregueses e Párcos desta freguesia costumam ir com sua procissão e clamores<sup>9</sup> a outras freguesias e capelas e as fazem e principiam ao pe de um carvalho ou penedo contra a forma da constituição e outro si na procissão que fazem por dia de S. Lourenço a uma capela da freguesia da Varzea nela cauzão perturbação, por causa de principiarem a dita procissão ao pé de um carvalho e irem com ela à capela no tempo que estão à missa cantada e sermão e com sua voz clamorosa fazem com que o pregador pare... Mando ao Pároco que não se faça procissão ou clamor sem a principiar e começar na igreja ou capela...».

Em S. Cristóvão de Louredo, em 1661 «se faziam procissões de Santo António sem sacerdotes...». A confusão entre o sagrado e o profano era uma constante e as fronteiras entre o lícito e o proibido bem difíceis de estabelecer.

Sugeridas algumas das principais reservas que a natureza destas fontes suscita, abordarei aqui, para finalizar, apenas dois temas para os quais, em geral, nelas abundam informações (ao menos naquelas que foi possível compulsar), que é urgente sistematizar.

## I — Clero

Não deixa de ser sugestivo que não apareçam acusações graves a clérigos, tanto em relação à sua formação cultural, como no que diz respeito aos costumes e à sua envergadura moral. É certo que eles são acusados de usarem armas, vestuário impróprio do seu estado, isto é, laico, de não serem suficientemente enérgicos na repressão dos vícios e superstições dos

<sup>9</sup> Clamor: procissão de preces e rogações públicas.

seus fregueses. Por vezes, é-lhes também imputada falta de zelo na manutenção ou no arranjo das igrejas, capelas ou ermidas. Mas não há notícias de desvios graves no plano das ideias, nem ao nível dos costumes. Ora a falta de tais indicações é tanto mais de estranhar quanto sabemos que, de vez em quando, se lhes proíbe viverem em conjunto com seus filhos e as Constituições Sinodais da época insistem em que estes não ajudem à missa a seus pais... Para quê este silêncio? Tentativa de evitar escândalos? Talvez! Eis mais um ponto a merecer as mais sérias reservas dos estudiosos, pois é do conhecimento geral, por variadíssimas fontes e testemunhos, que, afinal, os clérigos rurais eram vistos muito frequentemente como autênticos camponeses, distinguindo-se menos dos seus concidadãos pela mentalidade do que por um estatuto social superior à escala da aldeia<sup>10</sup>. A sua liberdade nos planos sexual, da usura, do álcool, do jogo, das festas era notória em toda a Europa!

Nos textos de visitação, que me foi dado compulsar, aparece com frequência, sobretudo durante o século XVII, uma observação curiosa e reveladora: o bispo e os seus enviados proibem o uso do tabaco antes da missa, sem dúvida por razões de higiene. Os clérigos limpavam frequentemente as mãos e os outros apetrechos ligados ao tabaco aos paramentos, o que os tornava repugantes. Por isso se tomavam precauções. Falta ao ensino da catequese, observações à rapidez fulgurante com que era rezada a missa e outros officios, descuidos com a execução de obras essenciais, são correntes.

Em suma, a imagem do pároco tal como os textos das visitas no-la deixam entrever é, não raro, paradoxal. Há um desfazamento evidente entre a doutrina de que é ministro e a sua prática quotidiana. Michel Vovelle chamou-lhe, sugestivamente, *terrorista* e *cúmplice*. Terrorista porque pode multar, proibir danças, venda de vinho nas festas, serões, folias, obriga a decorar fórmulas e orações, conhece a vida privada de cada um, cobra dinheiro...; cúmplice, porque se ruralizou, partilha a mentalidade e os anseios dos seus paroquianos, ele próprio não entende nem põe em prática muitas prescrições que vêm do alto<sup>11</sup>.

## II — Sociabilização

É, talvez, o aspecto mais marcante e facilmente apreensível a partir dos capítulos das visitas. Sem pretender ir além do que brilhantemente escreveu já Gabriel Le Bras sobre a igreja como

---

<sup>10</sup> A título ilustrativo, cf. Fernando Sousa, *Subsídios para a história social do arcebispado de Braga*. Braga, 1976, onde é transcrito o ms. n.º 1386, da B. P. M. M., referente a finais do século XVIII, mas riquíssimo de informações quanto ao clero da Comarca de Vila Real, seus usos, costumes e mentalidade.

<sup>11</sup> Cf. *Le Monde Alpin et Rhodanien*, cit., p. 22.

coração da vida da paróquia, o lugar onde vivos e mortos formavam uma comunidade de valores e aspirações, onde a vida de cada um recebia, desde o berço ao túmulo, os selos mais impressivos<sup>12</sup>, quero aproveitar a oportunidade para sugerir que sejam revalorizadas certas indicações dos textos das visitas.

Não havia nenhuma freguesia que não contasse uma ou mais confrarias. Estas podiam ser associações de penitentes, de núcleos de caridade, de profissionais e marcam, essencialmente, a necessidade de cada homem se enquadrar numa estrutura, «a afirmação ostentatória do lugar que cada um detém na comunidade»<sup>13</sup>. Com capelas, vestimentas próprias, procissões solenes e públicas, missas pelos defuntos, organizando funerais ou banquetes, elas constituem uma forma de afirmação e de reconhecimento público, de sociabilidade, essencialmente masculina<sup>14</sup>. Conhecê-las, cartografá-las e hierarquizá-las é fundamental para percebermos como se organizava a sociedade do Antigo Regime<sup>15</sup>.

Mas as visitas proibem, com veemência, serões, bailes, festas, peregrinações mistas, assistência indiscriminada de sexos às cerimónias religiosas<sup>16</sup>, promessas de casamento com coabitação, o que mostra que era nessas cerimónias públicas que se formavam futuros casais, o que a hierarquia via com suspeição.

As exigências religiosas levavam ainda a outras recomendações de carácter social: não raro se exige, sob pena de multas, que os proprietários de terrenos rurais mantenham decentes os caminhos que com eles entestam, a fim de se poder socorrer com o Viático todo aquele que necessite e more longe. Daí a razão também pela qual os caminhos rurais se degradavam à medida que se afastavam da igreja, do adro, do cemitério...

---

<sup>12</sup> Cf. *L'Église et le village*. Paris, 1976, pp. 25 e ss.

<sup>13</sup> Cf. Robert Chanaud, *cit.*, p. 47.

<sup>14</sup> Nas cláusulas que regulamentavam a «Congregação da Virgem Nossa Senhora da Purificação cita no Collegio da Companhia de Jezus de S. Lourenço desta cidade do Porto, erecta no ano de 1602», lê-se:

«Cap. I — Da qualidade dos irmãos.

As pessoas que ouuerem de ser admitidas nesta Congregação hão de ter as qualidadse seguintes. Primeiramente hão de ser homens officiais casados ou solteiros contratadores de logea aberta, ou sobrado ou tambem os que não tendo comercio, uiuerem de suas fazendas, ou trato licito; mas de outra qualidade, nem nobreza qualquer que for; com declaração de que não tenham raça algũa de judeu...». Cf. Arquivo do Paço Episcopal do Porto.

<sup>15</sup> A obra de Maurice Agulhon, *Pénitents et Franco-maçons de Vancienne Provence*. Paris, 1968, é ainda um modelo.

<sup>16</sup> A separação de homens e mulheres era rigorosíssima dentro da igreja e sempre que se notavam faltas neste domínio os visitantes usavam, com frequência, a palavra *indecente*, para significar perigoso, além de proibido.